



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**  
**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO**  
**PARANAÍBA**

**ATA NA ÍNTEGRA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG**

**Data: 21 de agosto de 2015 às 09h00min**

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto do ano de 2015 (dois mil e quinze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 119ª (centésima décima nona) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr (senhor) Anderson Ramiro Siqueira, 2º (segundo) Suplente da Presidência; Sr. José Roberto Silva Carlos, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Flávio José Froes de Oliveira, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidney Milanez Júnior, 1º (primeiro) Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sr. Adrian Franco Silva, 1º (primeiro) Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. 2º Tenente Patrício Renato Ferreira, 1º Suplente, respectivamente, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. José Antônio Leandro, Secretária Municipal de Meio Ambiente, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Sr. Marcelo Gouveia Guimarães, 1º Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. (senhora) Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Fábio Pergher e Sr. Marcio Adriano Bochio, Titular e 1º Suplente, respectivamente, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. José Eustáquio da Silva, 1º Suplente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sra. (senhora) Letícia de Almeida Maestri, 2ª (segunda) Suplente da ONG (Organização não-governamental) Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Ítalo Adolfo Terra, 2º Suplente da ONG Instituto Academia de Desenvolvimento Social (DEGRAF); Sr. Reginaldo de Camargo, 1º Suplente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Sra. Glaucimar Soares da Silva Vieira e Sr. Cláudio Junio Leocádio, Titular e 2º Suplente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). ANDERSON (PRESIDENTE): Senhores presentes, senhores Conselheiros. Em razão da existência do quórum regimental vou dar início à 119ª (centésima décima nona) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Daremos início com a Execução do Hino Nacional Brasileiro.

**1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz.** Mais uma vez desejar um bom dia a todos, agradecer aos Conselheiros pela presença, aos empreendedores e a todos que estão aqui presentes. Eu sou o Anderson,



sou servidor público da SUPRAM Sul de Minas, estou indicado aqui hoje pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente para conduzir os trabalhos. Item 3. **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Em nada havendo vamos prosseguir, item 5. **Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 5.1 Prefeitura Municipal de Ituiutaba - Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos - Ituiutaba/MG - PA/Nº 00244/1992/011/2010 - Classe 3. Apresentação: Supram. **RETORNO DE VISTA pelo Conselheiro Thiago Alves Nascimento representante da FIEMG.** THIAGO (FIEMG): Bom dia Presidente, bom dia a todos. Bom à equipe e a todos. Presidente, no meu Parecer de Vistas eu deixei claro a importância do funcionamento do Aterro Municipal da cidade de Ituiutaba e na reunião anterior com o nosso nobre amigo, colega Carlos Valera, nós tentamos compor um Termo de Ajustamento de Conduta para solucionar a questão e foi a minha recomendação; e hoje já em contato com o Superintendente Franco, Carlos Valera, Presidente, o TAC encontra-se assinado e em mãos. E graças a Deus nós vamos conseguir continuar com a operação do Aterro e solucionar as questões aqui levantadas no Parecer da equipe técnica. ANDERSON (PRESIDENTE): Senhores Conselheiros, até por questão de como serão os trabalhos, peço desculpas por não ter esclarecido, eu vou fazer a leitura de toda a pauta para fazer o votamento em bloco as discussões daqueles que tiveram destaques. Os itens 5, 6 e 7 em razão de serem vistas e retornos de diligências, necessariamente eles serão discutidos. E quando retornarmos a eles nós faremos as devidas discussões. De imediato, por falha minha, não fizemos o julgamento do item 4 que é aprovação da Ata. Assim, eu coloco em votação o item 4 da pauta que é o **Exame da Ata da 118ª RO de 10/07/2015.** Ata em votação. Gentileza falar no microfone. LETÍCIA (CERVIVO): Abstenção em virtude que eu não estava presente na reunião. Eu sou Suplente do Conselheiro Antônio Geraldo. ANDERSON (PRESIDENTE): Em nada havendo, Ata aprovada com uma abstenção. Passamos aos demais itens da pauta, já foi lido o item 6, a gente vai retornar para sua de sua decisão posteriormente. Item 7. **Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 7.1. Perdão, 6. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 6.1 Eunice Lane Fernandes de Paula e Silva ME - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Frutal/MG - PA/Nº 10207/2008/002/2013 DNPM 831.548/2001 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos. Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 7. **Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 7.1 Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. - Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP - Uberlândia/MG - PA/Nº 01626/2006/002/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): 7.2 Adriano dos Reis Fernandes e Outros / Fazenda Carolina. - Suinocultura (crescimento e terminação), bovinocultura de corte (extensivo) - Uberlândia/MG - PA/Nº 14164/2005/003/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 8. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia:** 8.1 Parque Granja Marileusa Participações S/A - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais - Uberlândia/MG - PA/Nº 22273/2014/001/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Há um destaque da SUPRAM TMAP. Item 9. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 9.1 Rogério Machado Arantes/ Fazenda Fazendinha, lugar denominado Fazenda Regional I - Suinocultura - ciclo completo - Serra do Salitre/MG - PA/Nº 21431/2011/002/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ):



99 Destaque. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 10.  
100 **Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação:** 10.1 Companhia  
101 Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM - Barragem de contenção de rejeitos / resíduos  
102 - Araxá/MG - PA/Nº 00033/1981/061/2014 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. FREI  
103 RODRIGO (AMEDI): Pedido de Vista. ANDERSON (PRESIDENTE): Vista concedida.  
104 LETÍCIA (ANGÁ): Eu gostaria de acompanhar o Conselheiro no pedido de vista. THIAGO  
105 (FIEMG): Gostaria de pedir vista do processo. ANDERSON (PRESIDENTE): Por questão de  
106 regimento, justificativa do pedido de vista. FREI RODRIGO (AMEDI): Muito simples, eu  
107 represento a Sociedade Civil e as Comunidades de Araxá estão pedindo, elas querem vir  
108 conversar sobre o assunto aqui e é claro que nós vamos fazer o relatório. MARCIO BOCHIO  
109 (FEDERAMINAS): Pedido de vista também. ANDERSON (PRESIDENTE): Vistas em  
110 conjunto a todos concedidas. THIAGO (FIEMG): Presidente, eu gostaria de escutar todas, o  
111 senhor pediu para justificar. ANDERSON (PRESIDENTE): Senhores Conselheiros, os  
112 demais que ainda não justificaram, favor fazer as justificativas. LETÍCIA (ANGÁ): A minha  
113 justificativa é a mesma do Conselheiro. ANDERSON (PRESIDENTE): Conselheiro Marcio.  
114 THIAGO (FIEMG): Gostaria de pedir vista do processo por entender que o processo é  
115 extremamente estratégico para nossa região. Como setor produtivo gostaria de esclarecer  
116 algumas dúvidas. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelas mesmas razões do  
117 Conselheiro Thiago. GLAUCIMAR (CODEMA): Eu gostaria de um esclarecimento Sr.  
118 Presidente. Como eu tenho alguns destaques, até seriam sugestões para esse processo. Eu os  
119 faço agora ou quando retornar a vista? ANDERSON (PRESIDENTE): O destaque tem que ser  
120 por conta do retorno. Nada impede de que se a senhora entender que são informações  
121 prudentes, de estarem presentes no processo, talvez pedir vista em conjunto para estar já  
122 incluindo no momento das vistas. GLAUCIMAR (CODEMA): Então, eu quero vista.  
123 ANDERSON (PRESIDENTE): Ok. Justificada já as vistas em razão das informações. Em  
124 nada havendo, item 11. **Processos Administrativos para exame da Licença de Instalação**  
125 **Corretiva:** 11.1 Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais - Postos revendedores, postos  
126 de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis-  
127 Ituiutaba/MG - PA/Nº 34084/2012/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP.  
128 CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 11.2 Macedo &  
129 Souza Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas  
130 retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Campina Verde/MG - PA/Nº  
131 02796/2011/002/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ):  
132 Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 12. **Processos Administrativos para exame**  
133 **da Licença de Operação:** 12.1 Arley Oliveira da Silva e Outros / Fazenda Furnas, lugar  
134 denominado Posses e Indaiá - Avicultura de corte e reprodução; cafeicultura; culturas anuais,  
135 excluindo a olericultura - Indianópolis/MG - PA/Nº 16871/2012/002/2015 - Classe 4.  
136 Apresentação: Supram TMAP. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. ANDERSON  
137 (PRESIDENTE): Item 12.2 Irene Castanho Martins e Outro / Fazenda Nova Esperança -  
138 Avicultura de corte e reprodução; bovinocultura de corte - extensivo - Uberlândia/MG -  
139 PA/Nº 08134/2012/002/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Nenhum destaque e  
140 nenhum inscrito no 12.2, ele será votado em bloco. 12.3 Vanusia Borges Pereira / Fazenda  
141 Furnas, lugar denominado Posses - Avicultura de corte e reprodução - Indianópolis/MG -  
142 PA/Nº 03041/2013/002/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaques e sem  
143 inscritos, votação em bloco. 12.4 BP Bioenergia Ituiutaba Ltda. - Transporte Rodoviário de  
144 resíduos perigosos - classe I - Ituiutaba/MG - PA/Nº 10201/2006/010/2015 - Classe 3.  
145 Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque e sem inscrito, votação em bloco. **13. Processos**  
146 **Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva:** 13.1 José Márcio Grilo  
147 de Souza e Outro / Fazenda Arco-Íris - Suinocultura (crescimento e terminação), avicultura de





148 corte e bovinos de corte extensivo - Prata/MG - PA/Nº 12885/2005/002/2014 - Classe 3.  
149 Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. ANDERSON  
150 (PRESIDENTE): Destaque da SUPRAM TMAP também. 13.2 WI Indústria de Carretas e  
151 Engates Ltda. ME - Fabricação de peças e acessórios para veículos rodoviários, ferroviários e  
152 aeronaves – Uberlândia. - PA/Nº 35667/2013/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram  
153 TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): 13.3 Auto  
154 Posto Miguelinho Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de  
155 sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Araxá/MG - PA/Nº  
156 02384/2008/002/2010 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. É um processo pelo  
157 Indeferimento. Sem inscritos, sem destaque, será votado em bloco. 13.4 José Ernesto Cadelca  
158 e Outros / Fazenda Santa Maria, Fazenda Santa Rosa, Fazenda Boa Esperança e Fazenda São  
159 José - Culturas anuais, excluindo a olericultura; cultura de cana de açúcar sem queima;  
160 criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo). - Nova Ponte  
161 Uberaba/MG - PA/Nº 19806/2013/001/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP.  
162 Gentileza justificar as vistas. NÃO IDENTIFICADO: Verificação da equipe multidisciplinar.  
163 THIAGO (FIEMG): Pedido de vistas, por entender que o empreendimento também é um  
164 empreendimento de grande porte, nós queremos entender melhor o empreendimento.  
165 ANDERSON (PRESIDENTE): Mais alguma vista? Vistas concedidas. Item **14. Processos**  
166 **Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 14.1 Galvani  
167 Indústria, Comércio e Serviços S/A. - Terminal de minério - Uberlândia/MG - PA/Nº  
168 1368/2003/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Sem inscritos, sem destaques,  
169 será votado em bloco. 14.2 Elson Alves de Rezende / Fazenda Lageado - Bovinocultura de  
170 leite; suinocultura (crescimento e terminação); culturas perenes, exceto cafeicultura; culturas  
171 anuais - Uberlândia/MG - PA/Nº 16166/2005/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram  
172 TMAP. Sem inscritos, sem destaques, votação em bloco. 14.3 Supergásbras Energia Ltda. (Ex  
173 - SHV Gás Brasil Ltda.) - Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo  
174 - GLP - Uberlândia/MG - PA/Nº 00403/1999/004/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram  
175 TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): 14.4 Silvio  
176 Oliveira Franco / Fazenda Bom Jardim / Taboinha - Suinocultura (crescimento e terminação) -  
177 Araguari/MG - PA/Nº 50011/2004/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Esse é  
178 sugestão para o Indeferimento. Sem inscritos, sem destaque, será votado em bloco. 14.5 Norte  
179 Fabricação Industrial Ltda. - Transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe I -  
180 Uberlândia/MG - PA/Nº 06885/2006/005/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP.  
181 CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 15 da pauta é  
182 uma correção da própria SUPRAM TMAP no que se refere a fase. Ela é uma Prorrogação de  
183 Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação, para ampliação. Então, fica  
184 registrada desde já a leitura correta que será: Item **15. Processo Administrativo para exame**  
185 **de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de**  
186 **Instalação - Ampliação:** 15.1 Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM -  
187 Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias, inclusive metais preciosos -  
188 Araxá/MG - PA/Nº 00033/1981/055/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. FREI  
189 RODRIGO (AMEDI): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item **16. Processo**  
190 **Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Revalidação de Licença de**  
191 **Operação:** 16.1 Vale Fertilizantes S/A - Postos revendedores, postos de abastecimento,  
192 instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Tapira/MG - PA/Nº  
193 00001/1988/022/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. FERNANDO RUAS  
194 (ABES): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Então, faremos a votação em bloco, dos  
195 itens 12.2; 12.3; 12.4; 13.3; 14.1; 14.2 e 14.4; todos que estiverem de acordo com o Parecer  
196 da SUPRAM permaneçam como estão. Processos aprovados. Retornando à pauta agora, item



5.1 Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em discussão. THIAGO (FIEMG): Como eu já havia me adiantado, Presidente, o Termo de Ajustamento de Conduta já se encontra na SUPRAM, firmado entre o Ministério Público com a anuência da SUPRAM, para que as operações possam continuar dentro do aterro da Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Estando então vencidas as vistas. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais alguma discussão? Colocaremos então em votação do item 5.1, todos aqueles de acordo. CARLOS VALERA (PGJ): Uma questão de ordem, Presidente. Com a assinatura do TAC a equipe técnica tem que se manifestar, porque a manifestação da equipe técnica que está sendo votada é pelo indeferimento. Então, tem que haver uma manifestação da equipe técnica sobre o TAC celebrado e se aí haverá modificação no Parecer. ANDERSON (PRESIDENTE): Equipe técnica? RODRIGO (SUPRAM): A equipe mantém o Indeferimento da revalidação, por entender que não houve desempenho, com a assinatura do TAC vai ser providenciada as devidas correções e a entrada de um novo processo para aí sim, de LOC para aprovar novamente; avaliar e se possível aprovar novamente. Mas mantemos o Parecer para o Indeferimento. CARLOS VALERA (PGJ): Muito obrigado. É só para ficar constando essa situação. ANDERSON (PRESIDENTE): Pois bem, então, em votação o Item 5.1, todos de acordo com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. CARLOS VALERA (PGJ): Abstenção, porque eu sou um dos escritores do TAC. ANDERSON (PRESIDENTE): Processo Indeferido, com uma abstenção. Em discussão agora o item 6 - Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 6.1 Eunice Lane Fernandes de Paula e Silva ME, é um processo de RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA. Equipe técnica. CARLOS (SUPRAM): A pedido, durante a 115ª reunião, devido a alguns questionamentos do Ministério Público, o processo foi baixado em diligência devido à questão do uso antrópico consolidado e à questão dos portos de areia. Diante disso, o empreendedor apresentou novas imagens comprovando que todos os usos antrópicos consolidados foram anterior a junho de 2008 e depois, posterior, a gente reunião com a equipe jurídica da SUPRAM e considera que os portos de areia são benfeitorias também, sendo assim considerados como uso antrópicos consolidados. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais alguma discussão? CARLOS VALERA (PGJ): Exatamente. Os destaques, Presidente, no 6.1, 7.1, 7.2 é porque realmente nós não recebemos o adendo, nós recebemos só o Parecer. Exatamente, é necessário esse esclarecimento. No 6.1 eu me dou por satisfeito. ANDERSON (PRESIDENTE): Pois bem, em votação o item 6.1. Todos que estiverem de acordo com Parecer da equipe da SUPRAM, permaneçam como estão. Processo aprovado. Item 7 - Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 7.1 Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. Em discussão. É um processo de RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA. Equipe técnica, por gentileza. DAIANE (SUPRAM): A gente pode esclarecer os dois já? Então, o 7.1 e o 7.2, a duas reuniões atrás foi baixado em diligência para a gente esclarecer a questão com relação ao acréscimo do prazo. Por se tratar de um processo de revalidação, o nosso entendimento era que apesar de não ter transitado em julgado daria esse acréscimo de 02 anos no prazo de validade do empreendedor. Aí, o que aconteceu? A gente entrou em contato com o André Ruas, da SGRAI (Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada) e passamos a situação e ele realmente nos orientou a seguir o posicionamento do Ministério Público. Por isso que a gente fez essas correções no Parecer e pautou nessa reunião. CARLOS VALERA (PGJ): Então, assim, Daiane, vou solicitar que você esclareça por menoriamente para que fique registrado em Ata, porque se essa situação voltar ao Conselho, nós já temos um posicionamento definido e vamos evitar toda discussão que se instalou por ocasião de 02 reuniões atrás. DAIANE (SUPRAM): A DN 17 no parágrafo 1º do artigo 1º fala que: *“Caso o empreendimento ou atividade tenha incorrido em penalidade prevista na legislação ambiental, transitada em julgado até a data do*



requerimento de revalidação da Licença de Operação, o prazo de validade subsequente será reduzido de 2 (dois) anos, até o limite mínimo de 4 (quatro) anos, assegurado àquele que não sofrer penalidade o acréscimo de 2 (dois) anos ao respectivo prazo, até o limite máximo de 8 (oito) anos”. Então, o que era nosso entendimento até então? Assim, não tinham me passado nada. Se o empreendedor, mesmo que você vai e faz uma vistoria numa revalidação, o empreendedor não faz benefício de revalidação automática, ele está em operação, a equipe faz a autuação e a gente dava o acréscimo de todo jeito nos 02 anos do empreendedor, desde que verificado o SIAM se não tinha nenhuma Auto de Infração transitado em julgado. E aí a duas reuniões anteriores o Dr. Carlos nos suscitou essa informação, e assim, como eu não tinha essa informação comigo, resolvi trocar uma ideia com o pessoal de Belo Horizonte e foi essa a nossa orientação. CARLOS VALERA (PGJ): Muito obrigado. ANDERSON (PRESIDENTE): Então, acredito que nós possamos colocar em voto os itens 7.1 e 7.2 em bloco, em razão de serem a mesma matéria. Rememorando que o prazo de validade está sendo alterado para que não seja concedido o benefício do acréscimo de 02 anos. Então, em votação os itens 7.1 e 7.2, que é o Parecer da SUPRAM que é favorável à revalidação, não sendo concedido o benefício do acréscimo de 02 anos. Em votação. Processos aprovados, item 7.1 e 7.2. Item 8 - Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 8.1 Parque Granja Marileusa Participações S/A. É um destaque da SUPRAM. DAIANE (SUPRAM): O destaque é que apesar do empreendimento ter sido formalizado com EIA/RIMA não colocamos a Condicionante do SNUC. Então, eu vou é a inclusão no Parecer da Condicionante do SNUC e consulta ao gestor do processo e a sua equipe, ele concordou com a inclusão. A Condicionante é a seguinte: “*Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimento estipulado pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze)*”. FERNANDO RUAS (ABES): Eu gostaria de fazer um questionamento à equipe jurídica sobre a questão do prazo, porque esse prazo de 30 dias, do nosso entendimento, conversei com outros Conselheiros, ele está sendo um pouco pequeno para entrar com esse processo. Queria que explicasse melhor a questão do prazo, se podemos solicitar um prazo maior? ANDERSON (PRESIDENTE): Conselheiro, esse prazo foi estabelecido na Portaria 55 do IEF. Nós não temos gestão para alteração dessa nomenclatura e prazos, é uma Condicionante Padrão, que é estabelecida em todas as URC’s e a própria Portaria estabelece o prazo de 30 dias. Então, é uma reivindicação de outras SUPRAM’s também no sentido de que os empreendedores não estavam tendo prazo útil para poder formalizar o processo. Porém, essa reivindicação nós estamos sendo sempre redirecionados ao IEF que detém essa ação e autonomia para poder alterar a Portaria que é daquela autarquia. FERNANDO RUAS (ABES): O meu destaque do último processo é exatamente uma situação semelhante a essa, onde o empreendedor, apesar de já ter pago o SNUC, no último dia que ele conseguiu trazer toda documentação aqui na SUPRAM. Então, nós vamos voltar nessa discussão no último processo, eu já queria adiantar até para os Conselheiros já irem pensando. Então, essa Portaria, existe alguma forma da gente fazer uma solicitação, uma moção para que seja aumentado esse prazo? É um questionamento nosso aqui. ANDERSON (PRESIDENTE): Sem dúvida. É um expediente que está sobre a alçada do Conselho; o Conselho pode militar um pedido de moção para que seja encaminhado à casa, à Autarquia, no sentido que seja reformulada a Portaria, sendo adequado aos prazos que são estabelecidos. FERNANDO RUAS (ABES): Ok. Muito obrigado. LETÍCIA (ANGÁ): Eu gostaria de um esclarecimento em virtude que este projeto do Granja Marileusa, é uma Serplan, um projeto de muitos anos, ele encontra-se todo faseado. Em 2014 foi ingressado aqui 02 pedidos de Licenciamento, a SUPRAM entendeu a unificação do Núcleo 1 e 2, que foi aprovado, licenciado pelas 03.





Então, o meu pedido de esclarecimento é por que o Licenciamento não foi integrado, em virtude que foi um loteamento único, de ser uma Serplan? ANDERSON (PRESIDENTE): Equipe técnica. GUSTAVO (IEF): Bom dia, eu creio que a dúvida da Conselheira deve ser o seguinte, o processo de loteamento foi desmembrado em fases. Isso, de vez em quando, por má fé de loteamento, isso acontece, mas nesse caso é um processo que já tinha EIA/RIMA, o pessoal costuma desmembrar ele em fases para fugir de EIA/RIMA. Esse processo, justamente, mesmo que ele tenha sido desmembrado, todo impacto ambiental, estudo de impacto ambiental foi feito em relação a todas as fases dele; esclarecido em todo o processo, salvo engano, está em 03 fases esse processo. Eu não sou o gestor, mas ele foi desmembrado por questões financeiras, mas todo impacto, estudo, foi feito tomando em consideração todas as fases dele. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Segundo orientação da SGRAI, a Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, se houver EIA/RIMA de todo empreendimento não é considerado desmembramento. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais alguma consideração? Vamos colocar em discussão então o item 8.1, já atentando que foi incluída a Condicionante relativa ao processo, ao cumprimento da Compensação Ambiental prevista na Lei do SNUC. Em votação. Aqueles que estiverem de acordo com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado, com a inclusão da Condicionante. Item 9 - Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 9.1 Rogério Machado Arantes. Destaque MP e CODEMA. CARLOS VALERA (PGJ): Observo que é um empreendimento Classe5, então, podemos propor a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP. GLAUCIMAR (CODEMA): Como esse empreendimento, nessa Fazenda do Sr. Rogério é uma área bem grande, tem várias atividades e lá já existem pessoas residentes, moradores que são trabalhadores, que residem lá na própria Fazenda. Em virtude da implantação da suinocultura vai haver mais moradores lá. Ai, não foi citado com relação às fossas sépticas para tratamento sanitário dessas residências, gostaria de saber se há. E a outra questão é sobre o tratamento do efluente do Posto de Abastecimento de Combustível da lavagem de veículos e da oficina que existe lá. Também não observei isso no Parecer. ANA LUIZA (SUPRAM): Com relação à fossa séptica já existe nas residências existentes no empreendimento e as demais residências que serão construídas também já tem no projeto a construção das fossas sépticas. Com relação aos efluentes do Posto de Combustível e da Oficina, eles são direcionados para a caixa separadora de água óleo e como o processo é uma LP mais LI de suinocultura as demais atividades vão ser englobas na LO, por isso que não foi descrito no Parecer. GLAUCIMAR (CODEMA): Obrigada pelo esclarecimento. ANDERSON (PRESIDENTE): Conselheira satisfeita? Então, vamos colocar em votação o item 9.1. Como há inclusão da Condicionante do SNUC, a gente vai fazer primeiro a votação do Parecer da SUPRAM, posteriormente a inclusão da Condicionante ora proposta. Item 9.1 em discussão. Todos aqueles de acordo com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado. Votação agora da inclusão da Condicionante do SNUC, conforme redação padrão já lida no processo anterior. Todos aqueles que estiverem de acordo com a inclusão da Condicionante do representante da PGJ, permaneçam como estão. Inclusão feita. Item 11 Processos Administrativos para exame da Licença de Instalação Corretiva: 11.1 Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Ituiutaba/MG - PA/Nº 34084/2012/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Em discussão. CARLOS VALERA (PGJ): A rigor, Sr. Presidente, são só alguns esclarecimentos da equipe técnica. Na nossa análise lá nós não identificamos os profissionais da Engenharia com habilitação para elaboração dos Estudos Ambientais, definidos pelo CONFEA/CREA e também nós não identificamos o cumprimento da CONAMA 237/2000, especificamente no Artigo 5º. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr.



Carlos, o Marcos Peixoto é Engenheiro Mecânico. CARLOS VALERA (PGJ): E o artigo 5º?  
JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): É Macedo e Souza? CARLOS VALERA (PGJ): Não, não é  
não. É Coopercitrus. A Macedo e Souza vai ter esse questionamento também, é bom que a  
gente já esclarece. Eu vou fazer a leitura aqui da CONAMA 237/2000: *“O órgão ambiental  
competente exigirá para o licenciamento ambiental dos estabelecimentos contemplados nesta  
Resolução, no mínimo, os seguintes documentos: Inciso I - Para emissão das Licenças Prévia  
e de Instalação: alínea e: caracterização hidrogeológica com definição do sentido de fluxo  
das águas subterrâneas, identificação das áreas de recarga, localização de poços de  
captação destinados ao abastecimento público ou privado registrados nos órgãos  
competentes até a data da emissão do documento, no raio de até 100 metros, considerando as  
possíveis interferências das atividades com corpos d’água superficiais e subterrâneos; alínea  
f) caracterização geológica do terreno da região onde se insere o empreendimento com  
análise de solo, contemplando a permeabilidade do solo e o potencial de corrosão”*.  
CARLOS (SUPRAM): No processo existem os estudos referentes a área de entorno, foram  
feitas análises de solo. Diante disso, a gente também classificou ele com NBR, com todos os  
equipamentos necessários, como ele foi classificado com Classe 2, salvo engano, 3. Em  
relação aos estudos ambientais, conforme consta no Parecer, foram feitos por uma Bióloga.  
CARLOS VALERA (PGJ): Então, vou sugerir uma situação recorrente que foi verificada lá  
pela nossa equipe técnica. Então, se puder ser esclarecido no Parecer o cumprimento da  
CONAMA 237/2000 para que evitasse esse reiterado pedido de destaque para esclarecimento.  
CARLOS (SUPRAM): Ok. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais alguma discussão? Então,  
em votação item 11.1 Coopercitrus, todos de acordo com o Parecer da equipe técnica da  
SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado. Item 11.2 – Macedo e Souza Ltda.  
Em discussão. CARLOS VALERA (PGJ): Macedo e Souza eram os mesmos  
questionamentos e, porém, também observa-se que é um empreendimento Classe 5, então,  
como os esclarecimentos já foram debelados pela equipe técnica eu queria propor a inclusão  
da Lei do SNUC com a redação padrão da SUPRAM TMAP. ANDERSON (PRESIDENTE):  
Tem 01 inscrito e a equipe técnica também. O inscrito quer fazer uso da palavra. Não? Então,  
a equipe técnica. RODRIGO (SUPRAM): Só para esclarecer, esses estudos são apresentados  
no processo sim, só que a gente na hora de confecção do Parecer, tem algumas coisas que a  
gente não descreve na sua minúcia, mas são apresentados sim e também na classificação da  
NBR, na última revisão que foi em 24 de dezembro de 2014, praticamente todos os postos a  
serem instalados ou reformados eles vão ser classificados como Classe 3. Então, já entra essa  
questão também no raio de 100 metros, enfim, é toda uma complexidade maior. JOSÉ  
ROBERTO (SUPRAM): Agora, se o Conselheiro gostaria que a gente colocasse, a equipe  
técnica pode colocar. CARLOS VALERA (PGJ): Não, nós temos que simplificar e não  
complicar. Com esses esclarecimentos eu vou conversar com a nossa equipe técnica e dizer o  
que foi posto aqui pela SUPRAM, porque não tem sentido trazer mais um ônus para a equipe  
técnica, que segundo o Rodrigo, já está esclarecido. Muito obrigado. ANDERSON  
(PRESIDENTE): Então, em votação item 11.2. Todos que estiverem de acordo com o Parecer  
da equipe técnica da SUPRAM, permaneçam como estão. Processo aprovado. A votação  
agora é da inclusão da Condicionante proposta pelo PGJ, já ativa a compensação da Lei do  
SNUC, prevista na Lei 9.985. FÁBIO (FEDERAMINAS): Sou contra, porque na realidade a  
Legislação não requer a exigência de EIA/RIMA, aliás, me desculpa, a Lei do SNUC.  
THIAGO (FIEMG): Voto contra, porque no Parecer está escrito que os estudos foram  
monitorados por RCA e PCA. ANDERSON (PRESIDENTE): Condicionante incluída.  
FERNANDO RUAS (ABES): Voto contra, também pelas mesmas razões expostas pelo  
Thiago. FLÁVIO FROES (SEDE): Voto contra, pelas mesmas razões do Conselheiro Thiago.  
SIDNEY (SEDRU): Voto contra, pelas mesmas alegações do Conselheiro Thiago. ELAINE





(FAEMG): Pelas mesmas razões. ANDERSON (PRESIDENTE): Assim deliberado, são 06 votos contra. Condicionante incluída. Relativa à compensação do SNUC. Item 12 da pauta: Processos Administrativos para exame da Licença de Operação: 12.1 Arley Oliveira da Silva e Outros / Fazenda Furnas, lugar denominado Posses e Indaiá - Avicultura de corte e reprodução; cafeicultura; culturas anuais, excluindo a olericultura - Indianópolis/MG - PA/Nº 16871/2012/002/2015 - Classe 4. Em discussão. GLAUCIMAR (CODEMA): Na verdade, nesse aí, eu gostaria de fazer até um comentário e parabenizar a equipe da SUPRAM com relação a identificação do não cumprimento da compensação da supressão de 02 exemplares de Pequi, que nesse caso aí, o responsável técnico pela compensação, o Sr. José Rodrigues Vieira prestou informações falsas. Isso eu acho inadmissível. De certo pensa assim, ah ninguém vai lá conferir e o técnico da SUPRAM, muito sabiamente, fez questão de ir lá olhar a supressão dos 02 Pequís, quer dizer, foi lá e identificou que esses Pequizeiros tinham sido plantados a mais de 05 anos, não seriam mudas recentes. Eu quero parabenizá-lo, o Alecsandre, e toda equipe da SUPRAM pelo trabalho muito bem feito e cauteloso com relação a todos os itens propostos. Muito obrigada. ANDERSON (PRESIDENTE): Então, em votação o item 12.1, todos os favoráveis ao Parecer da equipe técnica permaneçam como estão. Processo aprovado. Item 13 - Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 13.1 José Márcio Grilo de Souza e Outro. Em discussão. Tem destaque da SUPRAM TMAP. AMILTON (SUPRAM): Tem um erro no nosso Parecer. No item 2 está escrito assim: *“De acordo com o Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA) apresentado o imóvel possui uma área total de 87,3775 hectares”*. A informação correta é a seguinte: De acordo com a matrícula número 6.922 do serviço de registro de imóveis do Prata, a área não é 87 hectares, a área é de 78,3775 hectares. Certo? Portanto, a área de Reserva Legal está correta, que é de 15,70 hectares, porque se fizer essa conta levando em consideração a área de 87 hectares, estaria faltando parte da área da Reserva Legal. Seria essa a correção. ANDERSON (PRESIDENTE): Nada mais havendo de discussão, vamos colocar em votação o item 13.1, já com a retificação ora informada pela equipe da SUPRAM. Em votação. Todos de acordo com o Parecer permaneçam como estão. Processo aprovado. Item 13.2 - WI Indústria de Carretas e Engates Ltda. ME. Em discussão. CARLOS VALERA (PGJ): Bom, a questão dos estudos já foi esclarecida. O CTF (Cadastro Técnico Federal) junto ao IBAMA se está regular? Porque nós não identificamos essa informação e a questão, também Alecsandre, já aproveitando, a questão do AVCB e também uma sugestão para incluir o monitoramento atmosférico. Se a equipe técnica concordaria e se concordando que, por favor, dê o parâmetro técnico. ANDERSON (PRESIDENTE): Ele tem o CTF. No caso lá é uma pequena estufa, só para secar os engates depois da pintura. Eu acho que não tem necessidade de fazer um monitoramento nessa pequena fornalha não. CARLOS VALERA (PGJ): Tudo bem. E a questão do AVCB? Porque é uma LOC. RICARDO (SUPRAM): Pela característica do empreendimento, nós não observamos nenhum produto que possa acarretar riscos, tipo combustíveis, gás GLP, então, nós não visualizamos a necessidade do AVCB. CARLOS VALERA (PGJ): Então, por cautela, a exemplo do que nós estávamos fazendo em outras oportunidades, solicitar que seja encaminhada uma cópia da Licença ao Corpo de Bombeiros, para ciência e obviamente, adotar as medidas que são de sua atribuição. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Ok, Dr. Carlos. Inclusive é o que a gente está fazendo em relação aos empreendimentos, mandando o Ofício ao Corpo de Bombeiros para que tomem as providências. ANDERSON (PRESIDENTE): Em nada havendo, processo em votação, processo 13.2. Todos de acordo com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado. Item 14.5 - Norte Fabricação Industrial Ltda. Perdão, pulei realmente o item 14.3 que está aqui um destaque da PGJ. 14.3 Supergásbras Energia Ltda. CARLOS VALERA (PGJ): Primeiro saber da equipe técnica, porque é uma renovação, saber



se este empreendimento já foi submetido à compensação da Lei do SNUC? **Áudio não identificado – fora do microfone.** CARLOS VALERA (PGJ): Não foi. Bom, diante da informação que não foi, queria fazer a propositura da inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais alguma discussão? Bom, então vamos colocar primeiro em votação o Parecer da equipe técnica da SUPRAM. Item 14.3 em votação, todos de acordo com o Parecer. FÁBIO (FEDERAMINAS): Eu sou contra, porque nós não podemos. **Áudio não identificado – fora do microfone.** ANDERSON (PRESIDENTE): Em votação. Parecer aprovado. Vou votar a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, ora solicitado pelo representante da PGJ. Em votação. Todos aqueles de acordo com a inclusão da Condicionante permaneçam como estão. FÁBIO (FEDERAMINAS): Nós somos contra porque não podemos complicar mais ainda a vida dos empreendedores. Na realidade, o que está acontecendo? Nós estamos colocando inclusões que fogem à Legislação. Então, nós estamos fazendo complicadores num momento de crise, colocando a inclusão de uma Lei que nós nem sabemos o que vai acontecer lá na frente, para empreendimentos pequenos. Então, nós temos que ter mais consciência na hora de colocar a inclusão da Lei do SNUC. Nós temos que entender mais o que significa para o empreendedor. Então, eu sou contra porque a Legislação não é pertinente para colocar nesse tipo de empreendimento. Não tem EIA/RIMA, portanto, não há necessidade de complicar mais a vida do empreendedor. Eu queria que vocês compreendessem um pouco mais o que é a inclusão desse EIA/RIMA, entendeu? ELAINE (FAEMG): Eu coaduno com as palavras do Fábio e entendo que não tem enquadramento legal. FERNANDO RUAS (ABES): Contra. Pelos mesmos motivos e além de que é revalidação de licença, não é uma LP. Então, eu acho que o momento não seria adequado. Eu já falei isso várias vezes e reitero minha posição. FLAVIO FROES (SEDE): Sou contra, pelos motivos já expostos. THIAGO (FIEMG): Por entender que não existe a qualificação de significativo impacto ambiental no Parecer. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção do voto. ANDERSON (PRESIDENTE): Condicionante aprovada, com 05 votos contra e 01 abstenção. Item 14.5 – Norte Fabricação Industrial Ltda. Em discussão. CARLOS VALERA (PGJ): É só também um esclarecimento sobre o CTF (Cadastro Técnico Federal). JULIANA (SUPRAM): Tem sim o Cadastro Técnico. CARLOS VALERA (PGJ): Está regular o Cadastro Técnico Federal? JULIANA (SUPRAM): Está. CARLOS VALERA (PGJ): Então, muito obrigado. É só o que precisava. ANDERSON (PRESIDENTE): Não havendo mais discussão, em votação o item 14.5. Todos que estiverem de acordo com o Parecer da equipe da SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado. Item 15 - Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - Ampliação: 15.1 Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM. Tem inscrito e há destaque. FREI RODRIGO (AMEDI): É só um pedido de informação, é muito sucinto o processo ali, significa que nada foi implementado, não é? RODRIGO (SUPRAM): Tudo foi implementado. Nessa Licença Prévia de Instalação foi solicitada a ampliação de 05 itens no complexo. Desses 05, 04 já foram até Licenciados por sua Licença de Operação aqui desse Conselho, falta somente 01 que está aguardando essa prorrogação para poder vir para reunião, na próxima reunião, ou seja, todos foram implementados, a gente está fazendo isso para uma questão pró-forme mesmo, de prorrogar e dar o prazo legal. FREI RODRIGO (AMEDI): Esse que falta é qual? RODRIGO (SUPRAM): O que falta agora, que vai vir na próxima reunião o Parecer é o Terminal de, como que chama lá? FRANKLIN (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração): Bom dia a todos. A Licença de Instalação e a Licença Prévia tem alguns empreendimentos, conforme o Rodrigo falou, alguns já implementados, alguns em implementação. A gente falta agora 01 Unidade de Concentração e 01 Unidade de Fosforação, então, são mais 02 Unidades que vai na próxima? Tem um processo em análise de Licença de



Operação, que é a Unidade de Britagem, Embalagem e Expedição. FREI RODRIGO (AMEDI): Obrigado. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais nenhum destaque. Havia um destaque, acredito que foi quem fez uso da palavra. Ele quer fazer mais alguma informação? Então em votação o item 15.1, todos de acordo com o Parecer da equipe da SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado. Item 16 - Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Revalidação de Licença de Operação: 16.1 Vale Fertilizantes S/A. Em discussão. FERNANDO RUAS (ABES): Eu gostaria de, no caso a gente já questionou essa questão do prazo, como é da Portaria do IEF, esse é o caso emblemático aqui, que um complexo maior, que era o complexo minerário, já tinha sido cobrado a Lei do SNUC e depois o Licenciamento, a Revalidação do Posto de Combustível foi novamente colocada a Licença. Então, é isso que a gente está sempre discutindo aqui. Como que a gente segue essa Portaria, eu gostaria de propor aqui aos colegas de Conselho que a gente fizesse uma moção para que pelo menos o empreendimento tivesse um pouco mais de prazo para que ele pudesse juntar toda documentação e protocolar. Neste caso aqui, específico, a Vale no último dia ela conseguiu protocolar a documentação em que foi dada como tempestiva. Então, eu gostaria de fazer essa proposição de moção para que o IEF fizesse uma verificação, se poderia aumentar o prazo. ANDERSON (PRESIDENTE): Conselheiro, a redação já está pronta? Qualquer coisa nós podemos votar nesse momento. FERNANDO RUAS (ABES): Se a Daiane depois puder dar uma melhorada no português, seria a moção: *“Solicitar alteração do prazo da Portaria número 55 do IEF, de 23 de abril de 2012. Motivo: Prazo de 30 dias torna-se inexecutável qualquer tipo de apresentação de documento. Aumentar esse prazo para pelo menos 90 dias”*. ANDERSON (PRESIDENTE): Ok. Nós vamos votar primeiro, se não houver mais discussão, o item 16.1 e posteriormente nós votamos a inclusão da redação que já foi aqui lida. Algum mais assunto relativo ao 16.1? Vamos colocar em votação o item 16.1, se todos estiverem de acordo com o Parecer da equipe da SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado. Antes de encerrar, então, vamos fazer a votação da sugestão da alteração da Portaria 55, para ampliação do prazo que está sendo concedido. FERNANDO RUAS (ABES): De repente a Daiane poderia ajudar, se for através de uma sugestão, uma moção. O Dr. Valera. ANDERSON (PRESIDENTE): Conselheiro, nós temos até duas hipóteses. Podemos fazer uma redação, a equipe pode auxiliá-lo e trazer para votação na próxima reunião ou também faz a votação nos modos que foi já lido pelo senhor. FERNANDO RUAS (ABES): Vamos fazer essa votação agora então, dessa forma e aí depois a gente aguarda um posicionamento e se for o caso a gente faz uma moção dentro dos moldes completos. ANDERSON (PRESIDENTE): Seria moção sim, a moção tem a redação para que seja sugerido a alteração do prazo de formalização do processo de compensação do SNUC sugerindo um prazo de 90 dias. Esse é o conteúdo da redação, depois, quando a equipe da SUPRAM for encaminhar para o Secretário, para as devidas providências nós mandamos a redação com esse conteúdo, sem fugir das alterações. Portaria 55, sugestão do prazo em 90 dias. FERNANDO RUAS (ABES): Ok. THIAGO (FIEMG): Eu também sigo esse raciocínio, até para poder facilitar para os empreendimentos maiores. CARLOS VALERA (PGJ): Eu só sugiro Fernando, se você concordar e o Thiago também, viu Daiane, já que vocês vão redigir. Colocar os considerandos dos porquês que precisam aumentar o prazo e tem o caso prático para ser retratado. Agora, só fazendo um esclarecimento, Fernando, a questão do prazo, se essa informação viesse quando votou a Licença, não teria tido esse problema. Então, é preciso também que os empreendedores nos ajudem, para trazer essas informações. Porque se essa informação vem na reunião que incluiu a Condicionante, ela não teria sido incluída. Então, é preciso que todos estejam atentos às suas respectivas atribuições. Só para esclarecer essa questão também, porque dá a impressão que foi um erro exclusivo do Conselho ou um erro exclusivo da SUPRAM. Com todo respeito ao





empreendedor, que não trouxe a informação. FERNANDO RUAS (ABES): Ok, Dr. Valera. A questão é a seguinte, muitas vezes, essa empresa é até um caso emblemático porque ela é muito grande, ela tem uma equipe para isso, mas nós estamos às vezes colocando numa revalidação de uma empresa, igual a anterior, que ela está sucedendo uma outra. Às vezes quando o próprio empreendedor está fazendo uma sucessão ela não consegue identificar isso na primeira licença. Ok. THIAGO (FIEMG): Presidente, finalizado o assunto, só gostaria que constasse eu e o Conselheiro José Eustáquio, nós pegamos a informação necessária com o empreendedor sobre o empreendimento 13.4 - PA/Nº 19806/2013/001/2014 e nós abrimos mão do pedido de vista. NÃO IDENTIFICAÇÃO: Ratificando o Parecer do Thiago, eu só sugiro que os próximos encaminhamentos, relacionar toda equipe de tudo. ANDERSON (PRESIDENTE): Bom, por questão até de ordem, vamos fazer a votação então da sugestão de alteração do prazo de validade da Lei do SNUC e depois nós verificamos a questão da desistência do pedido de vista. Em votação, todos que estiverem de acordo com o pedido de moção já aqui trazido permaneçam como estão. Moção aprovada. Então, nós temos o item 13.4 que está sendo feita a desistência do pedido de vistas. As vistas foram concedidas. Até por questão de economia processual, se todos os Conselheiros aqui estiverem aptos para estar fazendo a deliberação do processo, tem alguns inscritos, nós estamos com prazo extremamente exequível para isso, podemos fazer a votação dele. Se todos estiverem de acordo para fazer a votação desse processo que teve a desistência do pedido de vistas, permaneçam como estão. Então, vamos votar o item 13.4. CARLOS VALERA (PGJ): Eu vou me abster tanto da primeira quanto da segunda votação, porque esse empreendimento é de Uberaba e ele possui TAC subscrito pelo Ministério Público local. ANDERSON (PRESIDENTE): Registrada abstenção. Então, em discussão o item 13.4. Há inscritos. Gostariam de fazer uso da palavra. Tem algum destaque relativo a esse processo que gostariam de discutir? Então, desistida as vistas pelos dois Conselheiros que as fizeram, coloco em votação o item 13.4 - José Ernesto Cadelca e Outros. Se todos estiverem de acordo com o Parecer técnico da equipe da SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado, com abstenção do representante da PGJ. Item **17. Encerramento** da pauta: Agradeço a todos pela presença. Rememoro que a próxima pauta é dia 11 de setembro. Relativos àqueles que fizeram vistas da CBMM gentileza aguardar para fazer assinatura do Termo. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 21 de agosto de 2015.

---

ANDERSON RAMIRO SIQUEIRA – (presidente suplente)